

**DOCUMENTO
ORIENTADOR
CGEB**



Nº 14 DE 2014

COORDENADORIA DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

**DIVERSIDADES SEXUAIS E DE GÊNERO:
GUIA DE METODOLOGIAS E ATIVIDADES PARA O
PROGRAMA ESCOLA DA FAMÍLIA**

**SÃO PAULO
OUTUBRO DE 2014**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador

Geraldo Alckmin

Vice-Governador

Guilherme Afif Domingos

Secretário da Educação

Herman Voorwald

Secretária Adjunta

Cleide Eid Bauab Bochixio

Chefe de Gabinete

Fernando Padula Novaes

Coordenadora de Gestão da Educação Básica

Maria Elizabete da Costa

Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão da Educação Básica

João Freitas da Silva

Centro de Atendimento Especializado - CAESP

Neusa Souza dos Santos Rocca

Núcleo de Inclusão Educacional - NINC

Sérgio Roberto Cardoso

Centro de Projetos Especiais - CPRESP

Rosemary de Oliveira Louback

Organização

Edison de Almeida (Departamento de Educação Preventiva - FDE)

Ricardo Addeo Dias (Programa Escola da Família – CPRESP/CGEB)

Rúbia Carla do Prado (Programa Escola da Família – CPRESP/CGEB)

Silvani Arruda (Fundação Faculdade de Medicina)

Thiago Teixeira Sabatine (NINC/CAESP/CGEB)

Diagramação

Carolina Bessa Ferreira de Oliveira e Uiara Maria Pereira de Araújo



Sumário

Sumário	4
Apresentação	6
Parte 1 – Conceitos e Diretrizes	8
1 - INÍCIO DA CONVERSA: DIFERENTES, MAS NÃO DESIGUAIS	8
2 - GÊNERO E SEXUALIDADE NA PERSPECTIVA DA DIVERSIDADE SEXUAL	10
3 - TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	12
4 - A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO	15
5 - A DIVERSIDADE SEXUAL NO CONTEXTO DA SAÚDE	18
6 - HOMOSSEXUALIDADE NÃO É DOENÇA, DESORDEM OU DISTÚRBO!	20
7 - O CONTEXTO DOS PLANOS DE ENFRENTAMENTO À HOMOFOBIA DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO	23
8 - EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: DIRETRIZES INSTITUCIONAIS E CURRÍCULO	28
Parte 2 – Práticas Educativas	32
1 - COMO FAZER?	32
2 - ATIVIDADE I – A ESCOLA E A DIVERSIDADE	34
3 - ATIVIDADE II – MEDO DE QUE?	37
4 - ATIVIDADE III – A DIVERSIDADE SEXUAL NA MÍDIA	39
5 - ATIVIDADE IV – DIVERSIDADES E VIOLÊNCIAS	42
6 - ATIVIDADE V – BULLYING HOMOFÓBICO	44
7 - ATIVIDADE VI – DIFERENTES, PORÉM IGUAIS	47
8 - ATIVIDADE VII – DIREITOS E DIVERSIDADE SEXUAL	49
Considerações Finais	52
Ferramentas	53
1 - SESSÃO DE CINEMA	53
2 - PREVENÇÃO TAMBÉM SE ENSINA	56
3 - PUBLICAÇÕES DISPONÍVEIS NA INTERNET	58
4 - VÍDEOS NA REDE DO SABER	60
5 - VÍDEOS DISPONÍVEIS NO YOUTUBE	61

Referências 63
Glossário 66



Apresentação

O presente documento orientador, produzido pela CGEB, consistente em um guia de metodologias e atividades, é direcionado aos agentes envolvidos no Programa Escola da Família e tem por finalidade despertar as potencialidades para o desenvolvimento de atividades voltadas à Educação para a diversidade sexual e de gênero e focadas, prioritariamente, no direito à diferença.

Desde agosto de 2003, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, por meio do Programa Escola da Família, estimula as unidades de ensino públicas estaduais a abrirem seus espaços para a comunidade aos finais de semana. Sob a tutela de educadores encarregados pelo programa, parcerias com empresas e organizações não governamentais, e contando com a participação de voluntários e jovens educadores universitários (bolsistas do Programa Bolsa Universidade), muitos bairros puderam encontrar na escola um espaço de lazer, acesso a serviços públicos e experiências de convívio e solidariedade.

Com essa publicação exploramos a capacidade do Programa Escola da Família no desenvolvimento de ações para diminuir os padrões de desigualdade, violência e discriminação em razão da orientação sexual e de gênero existentes no Brasil, numa perspectiva de valorização da diferença situando-a no terreno da ética e dos Direitos Humanos.

O Programa Escola da Família (PEF) e projetos Ações Preventivas na Escola (APE), Comunidade Presente (CP) e Prevenção Também se Ensina (PTE), e o Núcleo de Inclusão Educacional (NINC) do Centro de Atendimento Especializado (CAESP) da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB), oferecem, neste guia, subsídios teóricos e metodológicos para as escolas participantes e coloca a todas e todos os profissionais da rede, sejam gestores, Supervisores de Ensino, Professores Coordenadores de Núcleo Pedagógico, Diretores e Vice-Diretores, educadores profissionais, bem como monitores educacionais, educadores universitários e alunos empreendedores, uma série de atividades e textos sobre diversidade sexual e de gênero que permitirão o oferecimento de atividades com o envolvimento da comunidade, famílias e escola.

Acreditamos que as mais de 2500 escolas abertas aos finais de semana são equipamentos públicos importantes para as comunidades, e sem dúvida, contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais e para o envolvimento das famílias e alunos, reverberando na valorização da educação e da escola.

Esta publicação parte do pressuposto de que a escola convive com multiplicidade de sujeitos com ideias características e elementos diferentes entre si, a exemplo, classe, gênero, cor/raça, idades, sexualidades, etnias, nacionalidades, entre outras. Neste sentido, a prática educativa deve se pautar pelo enfrentamento a todas as formas de discriminação incluindo a homofobia, o machismo e o sexismo.

De início, o guia apresenta uma breve introdução teórica abordando alguns conceitos e reflexões sobre a diversidade sexual e de gênero. Em seguida, uma série de atividades práticas que poderão facilitar o entendimento sobre a diversidade a partir das vulnerabilidades na área dos direitos e da saúde. Apresentamos sugestões de atividades lúdicas e participativas, favorecendo a reflexão e a desconstrução de preconceitos e discriminações no que diz respeito às pessoas que vivenciam gênero e sexualidade de modo diverso as perspectivas normativas.

Bom trabalho!



Parte 1 – Conceitos e Diretrizes

1 - INÍCIO DA CONVERSA: DIFERENTES, MAS NÃO DESIGUAIS

Sabemos que a humanidade é formada por seres plurais e diversos quanto à maneira de ser, sentir, raciocinar, agir e perceber a vida. Essa pluralidade e diversidade também se aplica à forma como nos relacionamos afetivamente e/ou sexualmente com outras pessoas. Isto significa que não existe uma única forma de relação em que supostamente é “natural”, “correta” ou “normal”. Pelo contrário, as possibilidades são muitas.

Contudo, infelizmente, as pessoas que têm uma **orientação sexual** ou uma **identidade de gênero** diferente da heterossexual, muitas vezes, sofrem situações de preconceito, discriminação e estigma.

Orientação sexual - diz respeito à direção ou à inclinação do desejo afetivo e erótico. Esse desejo, ao direcionar-se, pode ter como único ou principal objeto pessoas do sexo oposto (heterossexualidades), pessoas do mesmo sexo (homossexualidades) ou de ambos os sexos (bissexualidades).

Identidade de gênero - refere-se à maneira como alguém se sente e se apresenta para si e para os demais como homem ou mulher, ou ainda uma mescla de ambos, independentemente do sexo biológico e da orientação sexual.

Fonte: CORSA/ECOS. Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. CORSA/ECOS, 2008. P. 34 a 36.

A aceitação (ou não) da diversidade sexual e de gênero varia de acordo com os costumes de determinada época, cultura ou sociedade. Vale enfatizar que em determinada cultura, podem conviver diferentes formas de ser homem e de ser mulher e isso se reflete em diferentes aspectos da vida cotidiana: na esfera das escolhas profissionais, do cuidado de si e do outro, da sexualidade, do seu comportamento social.

O mais importante disso tudo é que encaremos a diversidade sexual e de gênero como uma expressão de um direito inalienável: *toda pessoa pode se relacionar com qualquer*

outra, erótica e afetivamente, livre de qualquer constrangimento, com autonomia para reconhecer e exercer os próprios desejos em liberdade e dignidade¹.

¹ BRASIL/Ministério da Saúde. **Diversidades Sexuais**: Adolescentes e jovens para a educação entre pares. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/guia_diversidades.pdf. Acesso em 10 de abril de 2014.

2 - GÊNERO E SEXUALIDADE NA PERSPECTIVA DA DIVERSIDADE SEXUAL

Para melhor entender a diversidade sexual e de gênero, vale retomar o conceito de **sexualidade**, uma vez que esse termo vai além de um fenômeno meramente fisiológico, ou seja, também é marcado pelas relações sociais, pela cultura a que estamos inseridos e a história. Por esta razão, precisamos diferenciar o conceito de **sexualidade e sexo**:

Sexualidade – é o que nos motiva a buscar afeto, carinho, contato físico. Tem a ver com sentimentos de satisfação e prazer. Cada pessoa vivencia a sexualidade de um jeito diferente e que pode variar ao longo do tempo. Faz parte da vida de todas as pessoas independentemente da idade que elas têm. É bem mais do que **sexo** – que remete a fisiologia do organismo e a capacidade reprodutiva. Em nossa sociedade é comum pensarmos que a sexualidade decorre de processos biológicos e forças inerentes aos organismos como os efeitos de hormônios, dos genes, dos “instintos”, igualmente a concepção de que a sexualidade constitui parte significativa da definição que temos das pessoas, e que comportam ideias de desenvolvimento “normal” a partir das quais se julgam expressões diversas de sexualidade humana. Buscamos desconstruir estes pressupostos destacando como ponto de partida a conceituação da sexualidade como produto histórico e cultural articulado as estratégias de regulação social.

Jeffrey Weeks, um historiador inglês argumenta que *“embora o corpo biológico seja o local da sexualidade, estabelecendo os limites daquilo que é sexualmente possível, a sexualidade é mais que simplesmente o corpo. De fato, juntamente com que Carole Vance (1984), estou sugerindo que o órgão mais importante nos humanos é aquele que está entre as orelhas. A sexualidade tem tanto a ver com nossas crenças, ideologias e imaginações quanto com nosso corpo físico”*. (Weeks, Jeffrey. Corpo e sexualidade. In: Louro. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte, 2000, p.36).

Do mesmo modo, também precisamos retomar o conceito de gênero:

Gênero: refere-se à construção de atitudes, expectativas e comportamentos tendo como base as expectativas que uma determinada sociedade tem sobre o ser homem e ser mulher. O aprendizado de gênero passa pela ação da família, da escola, do grupo de amigos, das instituições religiosas, do espaço de trabalho, dos meios de comunicação. Porém, assim como essas noções foram ‘construídas’, podem igualmente ser ‘desconstruídas’.

Estes conceitos são importantes porque mostram que a sexualidade humana e o gênero vai bem além dos fatores físicos e biológicos. Na verdade, a sexualidade e o gênero perpassam concepções, valores e normas sociais que determinam, em cada grupo social, e em cada momento da história e em cada cultura aquilo que é tido como certo ou errado, apropriado ou impróprio, digno ou indecente.

Do mesmo modo, não é possível se falar em diversidade sexual sem se reportar à construção social dos gêneros feminino e masculino. Entendendo que os gêneros também são construções históricas, culturais e políticas, é possível perceber a existência de diferentes formas de ser homem e de ser mulher, inclusive no âmbito do desejo sexual.

A **heterossexualidade** – manifestação do desejo por pessoas do outro sexo – também é apenas uma entre outras formas de vivenciar a sexualidade. A **homossexualidade** - manifestação do desejo por pessoas do mesmo sexo - e a **bissexualidade** – a manifestação do desejo por pessoas dos dois sexos - também são formas de expressão da sexualidade. Seja para homens, seja para mulheres.

DESTAQUE

Usamos a expressão *homossexualidade* e não *homossexualismo*, porque o sufixo *ismo* é utilizado na língua portuguesa para indicar um desvio de comportamento (consumismo) ou doença (estrabismo). Há trinta anos a homossexualidade foi eliminada do Código Internacional de Doenças (CID). Tentativas de “cura” são punidas pelo Conselho Federal de Psicologia, desde 1999.

3 - TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Travestis e transexuais possuem identidade de gênero distinta da designada pelo sexo biológico e adotam nomes diferentes daqueles registrados nas certidões de nascimento. Entende-se por nome social aquele utilizado pela pessoa, conhecido e identificado na comunidade. A identidade de gênero diz respeito ao modo como a pessoa se sente (feminina ou masculina) independente do corpo biológico, portanto se refere à experiência subjetiva que define o gênero com que cada pessoa se identifica. Além disso, muitas travestis, mulheres e homens transexuais experimentam a modificação de seus corpos por meio da indumentária, do corte de cabelos, modo de falar e outras expressões de gênero.

Desta forma, uma pessoa que nasceu com pênis ou vagina, pode formar uma identidade de gênero feminina, masculina, feminina e masculina ou uma que não se resume a nenhum destes termos. Algumas destas pessoas podem se identificar como **travestis** ou como **transexuais**.

VOCÊ SABIA QUE ...

O Conselho Estadual da Educação de São Paulo (CEE-SP) na 2513ª Sessão Plenária Ordinária realizada em 30 de abril de 2014 aprovou a **Indicação 126/14** e a **Deliberação CEE 125/14** que dispõe sobre a inclusão de nome social nos registros escolares das instituições públicas e privadas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo?

A Deliberação foi homologada pelo Secretário da Educação e publicada no Diário Oficial, de 14 de maio de 2014 e regulamentada a partir da **Resolução SE nº 45** de 18 de agosto de 2014.

Conforme a **Deliberação CEE 125/14** e a **Resolução SE nº 45/14** alunos (as) travestis e transexuais tem assegurado o reconhecimento da identidade de gênero e o direito ao tratamento digno por meio do nome social.

A Deliberação e a Resolução vem atender as medidas do Decreto Estadual 55.588/10 que estipula o reconhecimento da identidade de gênero e o tratamento nominal de travestis e transexuais no âmbito do Estado de São Paulo.

O nome social deve ser usual na forma de tratamento das travestis e homens e mulheres transexuais em respeito à cidadania, aos direitos humanos, o pluralismo e à dignidade humana.

Para as travestis, o corpo é um aspecto chave no processo de sua identificação de gênero. Este corpo é modificado gradativamente. O processo de transformação das travestis se constitui a partir da fabricação de formas e contornos, com o auxílio da tecnologia médica e/ou com recursos artesanais, da medicina estética, criando seu próprio gênero. Uma das tecnologias mobilizada pelas travestis é o uso da hormonioterapia – substâncias que agem no organismo, modificando o corpo masculino ou feminino e implantes de silicone nas mamas. No entanto, devido ao alto preço da cirurgia, muitas vezes as travestis buscam pela aplicação clandestina de silicone industrial, correndo riscos de reações alérgicas, deformações severas no corpo e dificuldades para andar, além de mortes por infecção generalizada.

Já os homens transexuais (mulheres para homens) e mulheres transexuais (homens para mulheres), usualmente, sentem-se desconfortáveis com o gênero que lhes foi determinado ao nascerem e por isso afirmam uma outra identidade de gênero. Este processo subjetivo de transição de um gênero a outro envolve transformações sociais e corporais a partir da hormonioterapia e de diferentes recursos cirúrgicos de modificação corporal, entre eles as cirurgias de redesignação sexual.

SAIBA MAIS

Além do **Decreto 55.588/10**, no Estado de São Paulo desde o ano de 2010, existe um ambulatório específico para travestis e transexuais.

Este serviço oferece assistência integral a travestis e transexuais e conta com atendimento especializado em cardiologia, oftalmologia, endocrinologia, urologia, proctologia, ginecologia,

fonoaudiologia e otorrinolaringologia, além de psicólogos e psiquiatras, clínica médica, enfermagem, vacinação, serviço de orientação relacionado à saúde, geração de renda e assessoria jurídica. Bem como, avalia e encaminha as pessoas interessadas para cirurgia para redesignação sexual.

Contatos:

Centro de Referência e Treinamento DST/Aids-SP

Rua Santa Cruz, 81 Vila Mariana, São Paulo, SP

Telefone: (11) 5087-9833 - Diretoria

Agendamentos de consultas (11) 5087 - 9984 - das 8:00 as 11:00

Mais informações acesse o site: <http://www.saude.sp.gov.br/centro-de-referencia-e-treinamento-dstaidsp/servicos/ambulatorio-de-saude-integral-para-travestis-transexuais>

4 - A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO

No ambiente escolar, o **bullying homofóbico e transfóbico** é um fenômeno cotidiano. Atitudes discriminatórias contra pessoas que vivenciam a sexualidade e a identidade de gênero diferente dos padrões valorizados são consideradas 'desviantes' entre os próprios amigos e colegas da escola, e somadas a invisibilidade da temática, por parte de alguns educadores fazem com que, muitas vezes, esse tipo de violência se perpetue.

Bullying homofóbico e transfóbico

Entende-se por *bullying* uma situação que se caracteriza por agressões intencionais, verbais ou físicas, feitas de maneira repetitiva, por um ou mais alunos contra um ou mais colegas. O termo *bullying* tem origem na palavra inglesa *bully*, que significa valentão, brigão. Mesmo sem uma denominação em português, é entendido como ameaça, tirania, opressão, intimidação, humilhação e maltrato.

Considerado uma das formas de violência que mais cresce no mundo, o *bullying* e o *cyberbullying* (que é o *bullying* via internet) ocorrem em qualquer contexto social, como escolas, universidades, famílias, vizinhança e locais de trabalho. O que, à primeira vista, pode parecer um simples apelido inofensivo pode afetar emocional e fisicamente o alvo da ofensa.

Homossexuais, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais são as pessoas que mais sofrem situações de *bullying* nas escolas. Por esta razão, utiliza-se o termo *bullying* homofóbico ou transfóbico para se referir às situações de violência contra homossexuais e travestis e transexuais. O impacto do *bullying* homofóbico e transfóbico na vida das pessoas é perceptível por meio das seguintes situações: evasão escolar, depressão, afastamento do convívio social, vulnerabilidade às DST/Aids e ao uso do álcool e outras drogas.

Fonte: UNESCO. Resposta do Setor de Educação ao *bullying* homofóbico. Brasília: UNESCO, 2013. P. 16. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002213/221314por.pdf>

Por esta razão, cabe à escola situar as ações voltadas para a diversidade sexual e de gênero no prisma dos direitos humanos e dos marcos legais – nacionais e internacionais - , tendo em mente a pluralidade de gênero e as diferentes expressões da afetividade e da sexualidade.

DESTAQUE

É de lei! São Paulo contra a homofobia

No Estado de São Paulo, a **Lei Nº 10.948**, de 5/11/2001, em seu artigo 1º diz o seguinte: será punida toda manifestação atentatória ou discriminatória contra cidadão homossexual, bissexual, travesti e transexual. Então, mesmo no caso de se alegar que era apenas “brincadeira ou gozação”, a pessoa que discriminou a outra por conta da orientação sexual e de gênero pode ser processada.

Estão sujeitas a punições civis, todo e qualquer cidadão, inclusive detentores de função pública ou militar, toda organização social e empresa pública ou privada (restaurantes, escolas, delegacias, etc.).

A discriminação homofóbica pode ser punida por advertência, multa, ou em caso de estabelecimento comercial, suspensão ou cassação da licença de funcionamento. Para os servidores públicos, a lei se aplica de maneira que seja penalizado de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos.

A educação em direitos é uma importante atividade a ser desenvolvida no âmbito da escola e do Programa Escola da Família. Divulgue a lei e as formas de denúncia:

As denúncias podem ser realizadas diretamente na *Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania*. Local: Largo Pátio do Colégio, 148 – Centro –São Paulo

Existem outros mecanismos de acolhimento à denúncia:

1- Pelo site: <http://www.ouvidoria.sp.gov.br/Portal/Identificado.aspx>

2- Pelo e-mail: diversidadesexual@sp.gov.br

3- Por telefone através do Disque Direitos Humanos: dique 100

4- A Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual de São Paulo mantém convênios com a **Defensoria Pública do Estado de São Paulo** e a **Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP)** para o acolhimento das denúncias. Você pode indicar estes serviços para as pessoas vítimas de discriminação.

5- Conselho dos Direitos da População LGBT do Estado de São Paulo.

Local Rua Antônio de Godói, 122 - 11º andar, sala 117
São Paulo - S.P. Tel.: (11) 3241-4717

É importante também orientar as vítimas a fazerem o *Boletim de Ocorrência* e descrever com detalhes a situação que vivenciou.

O Boletim de Ocorrência pode ser feito na Delegacia. No caso de crimes contra a honra (injúria, calúnia, difamação e ameaça), o boletim também pode ser feito pela internet: www.sssp.sp.gov.br/bo

O Boletim de Ocorrência além de ser um instrumento para abertura de investigação em âmbito criminal poderá ser utilizado para subsidiar a denúncia com base na lei 10.948/01 nas instituições acima mencionadas.

Vale destacar que no Estado de São Paulo também existe a *Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância – DECRADI*. Local: Rua Brigadeiro Tobias, 527, 3º andar Luz. São Paulo. Email: decradi@policiacivil.sp.gov.br

5 - A DIVERSIDADE SEXUAL NO CONTEXTO DA SAÚDE

Para abordarmos a relação entre a diversidade sexual, a saúde e a medicina precisamos voltar para o começo do **século XVIII**. Até essa época, a medicina afirmava a existência de um único sexo. Inspirado na filosofia neoplatônica do médico e filósofo romano Claudius Galenus (129 – 217), a mulher era vista como uma versão menos perfeita do homem. Acreditava-se que tendo recebido menos calor vital durante a gestação, os órgãos sexuais de alguns indivíduos permaneciam inclusos, dando origem às mulheres. A única diferença entre os órgãos sexuais masculinos e femininos era sua posição (interna ou externa) e uma mesma nomenclatura era utilizada para designá-los. Assim a palavra latina “testis” era usada para nomear tanto o que hoje conhecemos como testículos, quanto o que chamamos de ovários.

A passagem entre os **séculos XVIII e XIX** é marcada por inúmeras transformações sociais, culturais e políticas. As explicações religiosas sobre a vida cederam o espaço para os saberes científicos, que passaram a orientar e controlar comportamentos considerados adequados ou não à saúde, inclusive aqueles relativos à sexualidade.

Diferenciados em feminino e masculino os corpos sexuais passaram a ser estudados cientificamente e se tornaram elementos fundamentais para o estabelecimento da ‘normalidade’ e da ‘patologia’ sexual. O aspecto reprodutivo da atividade sexual, a virgindade feminina e o caráter instintivo da maternidade foram supervalorizados.

A heterossexualidade passou a ser vista como a única prática sexual ‘normal’. Manifestações sexuais que ‘fugiam às leis da natureza’, como a masturbação, a prostituição ou a homossexualidade, passaram a ser estudadas pela ciência e começaram a ser apontadas como uma ameaça não apenas à moral e aos bons costumes, mas também à saúde pública e à capacidade de se garantir uma descendência saudável.

A partir das primeiras décadas do **século XX**, o processo de patologização da homossexualidade se intensifica. No discurso científico, a homossexualidade passa a ser considerada como problema médico, objeto de estudo e de tratamento. No Brasil, este debate ganha força a partir de **1930**, quando revistas de medicina legal e de criminologia passam a publicar artigos sobre o tema. No entanto, não existia um consenso sobre as causas da homossexualidade e várias foram as teorias desenvolvidas para explicá-la, algumas

voltando-se para distúrbios do sistema nervoso, outras para problemas endocrinológicos, outras ainda para problemas psicológicos.

Em tempos atuais, muita coisa mudou e essa produção teórica foi intensamente contestada acenando para a valorização das diferenças. Entretanto, no que diz respeito aos direitos, muito ainda há que se transformar.

6 - HOMOSSEXUALIDADE NÃO É DOENÇA, DESORDEM OU DISTÚRBO!

Como já especificado anteriormente, as sexualidades e os gêneros são constituídos historicamente e por isso cabe ressaltar que operam convenções estabelecidas em diferentes relações de poder.

O reconhecimento da homossexualidade como orientação sexual somente ocorreu na década de 1970. Os estudos do filósofo Michel Foucault (1926 – 1984) dentre outros, auxiliaram na mudança do conceito da homossexualidade, que começou a ser considerada não mais um desvio ou doença, mas como um elemento positivo da sexualidade humana.

É também nesse período que gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais começam a se organizar politicamente e a lutar contra o preconceito e a discriminação. E essa luta deu origem a muitas mudanças, inclusive nos Conselhos de Medicina e Psicologia, como mostra nossa linha do tempo.

Linha do tempo

Saúde

1985 - O **Conselho Federal de Medicina** passou a não considerar a homossexualidade uma doença mental ou física.

1990 - A **Organização Mundial da Saúde** oficializou a retirada do Código 302 do CID (Classificação Internacional de Doenças), declarando oficialmente que *a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio*.

1999 - A resolução 01/99 do **Conselho Federal de Psicologia** normatiza a conduta das/os psicólogos frente à questão: “... *os psicólogos não colaborarão com eventos ou serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades*”.

2008 - A Portaria nº 1.707 de 18 de agosto de 2008, no âmbito do SUS e, posteriormente revisada e complementada através da Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 1955/2010 prevê as cirurgias de transgenitalização para transexuais.

2009 - O **Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo** publica a Resolução CREMESP nº. 208, de 27 de outubro que dispõe sobre o atendimento médico integral à população de travestis, transexuais e pessoas que apresentam dificuldade de integração ou dificuldade de adequação psíquica e social em relação ao sexo biológico.

2009 - Criação do **Ambulatório de Saúde Integral de Travestis e Transexuais** vinculado ao Centro de Referência e Treinamento em DST/AIDS.

2013 - O **Conselho Federal de Medicina** aprovou uma resolução que garante aos casais formados por pessoas de mesmo sexo *o direito de recorrer à reprodução assistida para ter filhos*.

2014 - Constituição do Comitê Técnico Estadual de Saúde da População LGBT Resolução Secretaria da Saúde nº 05, de 17/01/2014.

Âmbito Nacional:

1996 - 1º Programa Nacional de Direitos Humanos (2º e 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, respectivamente, revisados em 2002 e 2009)

2004 - Programa Brasil sem Homofobia

2008 - 1ª Conferência Nacional LGBT

2009 - 1º Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT

2011 - 2ª Conferência Nacional LGBT

Âmbito Estadual:

2001 - Lei 10.948/2001 que pune administrativamente os atos de homofobia no Estado de São Paulo.

2006 - Criação da Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância- DECRADI

2009 - Criação da Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual na Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e vinculado a ela o Comitê Intersecretarial de Defesa da Diversidade Sexual.

2010 - 1º Plano Estadual de Enfrentamento da Homofobia e Promoção da Cidadania LGBT.

2010 - Decreto 55.588/2010 que estabelece a obrigatoriedade do tratamento nominal (nome social) de travestis e transexuais em todos os órgãos da administração pública estadual, direta ou indireta;

2013 - Resolução n. 175, de 14 de maio de 2013, aprovada durante a 169ª Sessão Plenária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Proíbe as autoridades competentes de se recusarem a habilitar ou celebrar casamento civil ou, até mesmo, de converter união estável em

casamento entre pessoas do mesmo sexo. Empossado os representantes do Conselho dos Direitos da População LGBT do Estado de São Paulo, criado pelo Decreto nº 55.587, de 17/03/2010.

2014 - Resolução da Secretaria de Administração Penitenciária nº 11, de 30/01/2014 que dispõe sobre a atenção às travestis e transexuais no âmbito do sistema penitenciário.

2014 - Deliberação do Conselho Estadual da Educação nº 125/14 que dispõem sobre tratamento nominal de alunas e alunos travestis e transexuais no Sistema de Ensino de São Paulo.

SAIBA MAIS

Acesse o site da ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (<http://www.abglt.org.br/>) e fique sabendo mais sobre legislações, políticas públicas e quais são e onde estão os grupos organizados que existem em funcionamento em todo o Brasil, realizando atividades de apoio e ajuda mútua, prestando orientação jurídica e psicológica e atuando na luta contra a discriminação e pelo reconhecimento social e político de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

7 - O CONTEXTO DOS PLANOS DE ENFRENTAMENTO À HOMOFOBIA DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

O reconhecimento da diversidade sexual e de gênero tem marcado o avanço na política de justiça social e o comprometimento com a dignidade da pessoa humana no contexto das últimas décadas no Estado de São Paulo. Nesta parte do guia apresentaremos algumas diretrizes da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo contextualizadas à luz dos *Planos Estaduais de Enfrentamento à Homofobia*, onde destacamos a importância de políticas educacionais, especialmente do Programa Escola da Família.

O Estado de São Paulo adotou diversas medidas no enfrentamento à homofobia. Apontamos um significativo exemplo dessa postura com a promulgação em 2001 da Lei Nº 10.948, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero.

Para elaborar políticas públicas para a promoção dos direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) em 2009 foi criada a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual (CDS²) na Secretaria da Justiça e de Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo (SJDC), cumprindo deste modo as exigências dos movimentos sociais presentes na *I Conferência Estadual GLBTT* ocorrida em 2008³.

Para realizar de forma integrada os programas, projetos e atividades relacionados à diversidade sexual a CDS instituiu, ainda em 2009, o *Comitê Intersecretarial de Defesa da Diversidade Sexual*, composto por diversas Secretarias do Estado de São Paulo, incluindo a Secretaria da Educação⁴. O Comitê tem a importante incumbência de elaborar e acompanhar o cumprimento dos *Planos Estaduais de Enfrentamento a Homofobia*, cuja primeira edição teve vigência no biênio 2010-2011⁵.

Em 2011 é realizada a *II Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT*⁶. Ao longo das plenárias, novas proposições foram realizadas aos poderes públicos. Para dar efetividade às propostas aprovadas nessa última conferência, em 2012 a SJDC nomeou os membros da segunda gestão do Comitê Intersecretarial de Defesa da

² Decreto nº 54.032, de 18/02/2009

³ Decreto nº 52.770, de 3 de março de 2008.

⁴ Resolução Estadual SJDC nº 289 de 18/03/2009.

⁵ Decreto nº 55.839 de 18/05/2010.

⁶ Decreto nº 57.090 de 30/06/2011.

Diversidade Sexual⁷. Assim, novamente a Secretaria da Educação, possui representação, por meio de seus servidores, estes da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB).

Com vistas a planejar as iniciativas da Secretaria da Educação, por meio do seu Núcleo de Inclusão Educacional (NINC⁸), estabeleceu-se um Grupo de Trabalho (GT) com representantes indicados de diversas coordenadorias⁹. Este GT elaborou as metas e ações a serem desenvolvidas na rede de ensino. Busca-se, com isso, a promoção dos direitos das populações LGBT e o enfrentamento às práticas discriminatórias nos ambientes educacionais com vistas ao exercício da cidadania e a uma educação de qualidade.

Cabe ressaltar que pesquisas acadêmicas evidenciam que as dificuldades enfrentadas em ambientes educacionais por discriminações às identidades de gênero e orientações sexuais podem redundar em graves quadros de desinteresse pelos processos de ensino - aprendizagem, tão logo estes podem corroborar para o incremento dos índices de evasão escolar e mesmo de desinteresse pela carreira do magistério.

Consequentemente incidem na queda de qualidade da Educação Básica, uma vez que a evasão escolar é um dos fatores preponderantes nesse processo e fator por meio do qual as avaliações externas dos sistemas educacionais mensuram a efetividade da política educacional. Nesse sentido, medidas que visem o enfrentamento à homofobia no contexto escolar estão diretamente ligadas a promoção de qualidade da educação, pois propiciam uma permanência mais justa e possível de crianças, jovens, adultos e profissionais da Educação Básica.

O II Plano de Enfrentamento à homofobia da Secretaria da Educação definiu cinco metas, as quais sintetizam as solicitações expressas nas propostas da *II Conferência Estadual LGBT* e por isso, foram pensadas como pilares indissociáveis para o alcance do objetivo principal dessa ação de planejamento estratégico.

⁷ Resolução SJDC n. 031 de 18/07/2012

⁸ A Coordenadoria de Gestão da Educação Básica por meio do Centro de Atendimento Especializado (CAESP) mantém o Núcleo de Inclusão Educacional (NINC), que tem realizado a formação das equipes em Educação para as relações étnico-raciais, educação escolar indígena, quilombola, educação para a diversidade sexual e de gênero e educação nas prisões e no sistema sócio-educativo, alunos itinerantes e imigrantes.

⁹ Gabinete do Secretário, da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB); Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos (CGRH); Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional (CIMA); Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares (CISE); Coordenadoria de Orçamentos e Finanças (COFI) e Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores (EFAP), da Subsecretaria de Articulação Regional (SAREG) e da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE).

Meta 1: *Formação dos servidores sobre diversidade sexual.*

Meta 2: *Atendimento pautado pelo reconhecimento dos direitos das populações LGBT.*

Meta 3: *Articulação com vistas à sensibilização da comunidade escolar.*

Meta 4: *Currículo, práticas e materiais pedagógicos com ampliação da temática.*

Meta 5: *Monitoramento das ações para implementação e execução do Plano.*

No Núcleo de Inclusão Educacional (NINC) do Centro de Atendimento Especializado (CAESP) da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB) foi constituída no ano de 2013 a Equipe Técnica de *Educação para a Diversidade Sexual e de Gênero*, responsável pela proposição e desenvolvimento de ações que visem atender, orientar e acompanhar pedagogicamente os educadores para promoção do respeito às diferenças, a fim de evitar que se constituam em fator de exclusão e desigualdade ao direito à educação. Para isso é necessário um trabalho coletivo que envolve as atribuições e competências das diversas Coordenadorias da Secretaria da Educação¹⁰, as Diretorias Regionais de Ensino e as Unidades Escolares.

VOCÊ SABIA QUE...

Desde 1996 a *Fundação para o Desenvolvimento da Educação* executa nas escolas da rede pública estadual o projeto **Prevenção Também se Ensina?**

A iniciativa é voltada à promoção da cidadania, direitos e à redução da vulnerabilidade da comunidade escolar. São abordados temas diversos como a gravidez na adolescência, o uso de álcool, tabaco e outras drogas, a prevenção das DST/Aids (doenças sexualmente transmissíveis/ síndrome da imunodeficiência adquirida). O projeto tem ênfase na capacitação de educadores para lidarem com temáticas afeitas a educação em cidadania e saúde, oferecendo metodologias diversificadas para a atuação dos profissionais.

¹⁰ Definidas a partir do Decreto Estadual nº 57.141, de 18/07/2011

O último kit do projeto Prevenção Também se Ensina foi entregue, no ano de 2013, a todas as escolas da rede de ensino, composto de 14 publicações, dois DVDs e quatro CDs, todos voltados para o uso do educador com aportes teóricos e práticos sobre o tema da prevenção, educação em saúde e conflitos promovidos pelo bullying, preconceito, diversidade sexual e de gênero.

O kit é acompanhado de um guia que fornece diversos subsídios para a abordagem das temáticas nas ATPC – Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo e sugestões de atividades com os alunos.

Leia o Guia “FDE. *Projetos Comunidade Presente e Prevenção Também se Ensina: sugestões de atividades preventivas para HTPC e sala de aula* / São Paulo: FDE, Diretoria de Projetos Especiais, 2012. Disponível em: <http://file.fde.sp.gov.br/portalfde/Arquivo/comunidade%20e%20preven%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 3 jun. 2014.

Tendo em vista a articulação de diferentes projetos e iniciativas da Secretaria da Educação o *Programa Escola da Família* cumpre um importante papel. Nele se reúnem profissionais da educação, voluntários e universitários que oferecem uma rica diversidade de atividades para as comunidades escolares. O Programa desde sua origem tem por vocação contribuir para a inclusão social, o respeito à pluralidade e a qualidade de vida.

As questões relativas ao gênero e sexualidade não são novas para as unidades escolares e profissionais envolvidos no PEF, com foco na prevenção e educação em saúde e direitos, trazendo para o debate as questões concernentes às vulnerabilidades o Programa tem suscitado muitas reflexões e iniciativas criativas que voltam o olhar para as comunidades paulistas.

Neste sentido, podemos apontar que os gestores do Programa, em diferentes encontros e reuniões, vêm debatendo o tema e compartilhando experiências. Exemplos desta postura são as Orientações Técnicas realizadas. Em grande medida, este documento orientador vem coroar este processo, elaborado com o objetivo de fornecer subsídios

metodológicos para o desenvolvimento de atividades no programa sobre a temática de diversidade sexual e de gênero, permitindo o *envolvimento da comunidade, família e escola*.

8 - EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: DIRETRIZES INSTITUCIONAIS E CURRÍCULO

A fim de garantir profissionais atentos à promoção dos direitos humanos e capazes de responder ao desafio de uma educação de qualidade a **Resolução SE nº 52 de 14 de agosto de 2013** dispõe sobre os perfis, competências e habilidades dos profissionais da educação da rede estadual de ensino, incluindo a seguinte competência no perfil geral do educador:

“conhecer os problemas e conflitos que afetam o convívio social (saúde, segurança, dependência química, educação para o trânsito, pluralidade cultural, ética, sustentabilidade ambiental, **orientação sexual**, trabalho e consumo) e compreender como eles podem provocar preconceitos, manifestações de violência e impactos sociais, políticos, econômicos, ambientais e educacionais, reconhecendo a si mesmo como protagonista e agente transformador no âmbito de sua atuação profissional” (Diário Oficial do Estado de São Paulo. Volume 123. n. 152. São Paulo, 15 de agosto de 2013, p. 31).

A Resolução afirma a necessidade do educador “compreender que vivemos em uma sociedade heterogênea e plural, onde se deve respeitar e valorizar as diferenças” destacando a promoção de uma educação de qualidade e que considera as implicações éticas e políticas do trabalho do educador.

Corroborando este perfil a Resolução estipula aos profissionais o domínio de textos científicos e publicações institucionais como os **Parâmetros Curriculares Nacionais** que incluem as questões atinentes à “orientação sexual” nos temas transversais que se articulam nas diversas disciplinas e a outros temas como ética, saúde e pluralidade cultural.

A Resolução 52 também estipula a observância da Resolução do Conselho Nacional da Educação que estabelece as *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*¹¹, fonte de referências para a inclusão das temáticas de gênero, orientação sexual e direitos humanos nos marcos da educação, bem como o Decreto Estadual nº 55.588, de 17 de março de 2010 que dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis.

¹¹ Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 e Parecer CNE/CP nº 8/2012

Portanto, estas diretrizes e marcos institucionais são indispensáveis para uma reflexão atual sobre as competências, habilidades profissionais, e papel da escola em sintonia com o Currículo do Estado de São Paulo.

DESTAQUE

A Secretaria de Estado da Educação propôs em 2008, um currículo básico para as escolas da rede estadual nos níveis do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Com isso pretendeu apoiar o trabalho realizado nas escolas e contribuir para a melhoria da qualidade da aprendizagem dos alunos, com a garantia a todos de uma base comum de conhecimentos e de competências.

O currículo contempla algumas das principais características da sociedade do conhecimento e das forças que a contemporaneidade exerce sobre os jovens cidadãos. A escola é definida como espaço de cultura, que tem por fim preparar os alunos para esse novo tempo, ao priorizar a leitura e escrita e a articulação de competências e de conteúdos disciplinares.

O currículo volta-se para o desenvolvimento dos jovens que coincide com a construção da identidade, da autonomia e liberdade, do aprendizado do respeito às diferenças, as regras de convivência e em contrapartida evita que diferenças se constituam em fatores de exclusão e desigualdade.

É neste sentido que as questões de gênero e os conhecimentos que buscam compreender as relações políticas, sociais, econômicas, afetivas e sexuais está presente no currículo. A Secretaria de Estado da Educação vem realizando esforços consideráveis na inclusão desta temática como meio de proporcionar aos alunos a capacidade crítica para avaliar o presente e também dar passagem a uma sociedade mais justa e igualitária.

As atividades propostas aos finais de semana podem enriquecer as competências e habilidades trabalhadas com as alunas e alunos a partir do Currículo, como o espírito crítico quanto a compreensão da historicidade das relações entre os movimentos de mulheres,

LGBT e etnico-raciais, ampliando o acesso aos direitos à educação em saúde, entre outras, como o domínio das linguagens, das artes e esportes.

SAIBA MAIS

Contribuições do Currículo do Estado de São Paulo

As temáticas de gênero e diversidade sexual na perspectiva dos direitos humanos está fortemente inserida no Currículo. Estas discussões são transversais nas disciplinas, que enfatizam o conhecimento do corpo, as relações de gênero e a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis.

As Ciências da Natureza, sobretudo as disciplinas de Ciências no Ensino Fundamental e Biologia no Ensino Médio debatem várias questões relacionadas à Educação em Saúde, onde ganha destaque os temas da adolescência, sexualidade, gravidez na adolescência, gênero, direitos sexuais e reprodutivos, doenças sexualmente transmissíveis e a prevenção do HIV/Aids, da Hepatite B e C e do HPV.

A área de Ciências Humanas que compreende conhecimentos das disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia, tem colocado em debate uma gama variada de questões sobre as relações de gênero e diversidade sexual corroborando o questionamento das dimensões éticas, culturais e políticas que envolvem o mundo contemporâneo, salientando a perspectiva de respeito às diferenças que caracterizam os indivíduos e os grupos integrantes da sociedade, por meio da ênfase nas aulas das questões de alteridade que caracterizam a sociedade, incluindo as relações de gênero, a xenofobia, homofobia e o racismo contemporâneo. A articulação destes conhecimentos com as competências leitoras e escritoras constituem outra estratégia presente nas Linguagens e Códigos.

Vale lembrar que os princípios e fins da educação nacional como definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) visam o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua

qualificação para o trabalho. Portanto, a lei corrobora a ideia de que, no contexto democrático, as demandas de educação, são entendidas como de cidadania e, assim, provocam novos desafios para os educadores lidarem com uma realidade complexa que envolve as diferenças étnico-raciais, de gênero e sexuais.



Parte 2 – Práticas Educativas

1 - COMO FAZER?

Considerando que a diversidade sexual e de gênero são temas ainda pouco trabalhados nas escolas, acreditamos que é importante estabelecer uma abordagem dialógica, voltada para a compreensão das diferenças e a construção de atividades participativas que promovam uma reflexão sobre os direitos da população LGBT.

Cabe lembrar que a escola é um espaço de convivência e de socialização em que diferentes pessoas passam uma boa parte da vida juntas. Por esta razão, é um local privilegiado para se iniciar uma conversa sobre a diversidade sexual e de gênero, tanto para os alunos quanto para a comunidade que participa das ações do Programa Escola da Família nos finais de semana.

Assim, como forma de trazer o tema para o cotidiano da escola, sugerimos algumas atividades que poderão ser replicadas e/ou adaptadas, para os diferentes ciclos da vida: infância, adolescência, juventude, idade adulta, envelhecimento.

Essas sugestões de atividades são descritas minuciosamente com o passo a passo para aplicá-las durante as ações do *Programa Escola da Família*. Cabe alguns esclarecimentos sobre a execução e a metodologia que se encontra detalhadas nos seguintes itens de cada atividade proposta:

- *Objetivo*: refere-se ao que se pretende obter com a aplicação da atividade.
- *Material*: o que é necessário ter em mãos para a realização da atividade.
- *Duração*: o número aproximado de minutos ou horas necessários para desenvolver a atividade. Ressalta-se, no entanto, que essa estimativa poderá variar de acordo com o tamanho do grupo, idade dos participantes e o conhecimento que elas e eles já têm sobre o tema.
- *Passo a passo*: descrição detalhada de como reproduzir a atividade.
- *Ferramentas*: Alguns destaques, informações legais, curiosidades ou depoimentos foram agregados a algumas atividades. Dicas de filmes – educativos ou comerciais e possibilidades de parcerias locais - que tratam do tema também são sugeridos e,

finalmente, contém um glossário com algumas expressões que dizem respeito à diversidade sexual e de gênero.

2 - ATIVIDADE I – A ESCOLA E A DIVERSIDADE¹²

Objetivos	Duração	Materiais
Discutir e posicionar-se diante das situações de preconceito e discriminação, buscando identificar formas de enfrentar esse tipo de violência na escola e na comunidade.	± 2 hs	Sala ampla, papel, lápis e tiras com as quatro situações.

Passo a passo

- Peça que os participantes se dividam em quatro grupos e informe que irão receber quatro situações fictícias que poderiam ter ocorrido em qualquer escola. Elas e eles deverão ler a situação e discutir o que se poderia fazer caso aquele episódio acontecesse durante as atividades do *Programa Escola da Família*.
- Informe que eles terão de 20 a 30 minutos para discutir e 5 minutos para apresentar suas conclusões.
- Sugira que escolham um relator para tomar notas e apresentar a síntese da discussão ao restante do grupo.
- Quando terminarem as apresentações, aprofunde a discussão a partir das seguintes questões:
 - *Qual a situação que chamou mais a atenção? Por quê?*
 - *Quem daria uma resposta diferente a alguma das situações apresentadas? Qual? Por quê?*
- Encerre explicando que, de acordo com alguns autores, muitas vezes surgem situações de preconceito e discriminação no espaço escolar em relação a população LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Há risos provocados por piadas, agressões físicas e verbais. Diante das situações de preconceito e discriminação, a escola tem um papel fundamental: o de ampliar a discussão sobre a diversidade sexual e de gênero, focalizando suas atividades na defesa dos direitos humanos, respeitando as particularidades de cada pessoa.

¹² Inspirado em: CORSA/ECOS. Diversidade Sexual na Escola: Uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. Edição Especial, 2008. Esse material foi enviado para todas as Diretorias de Ensino e escola pelos projetos Comunidade Presente e Prevenção Também se Ensina, em 2009.

- **Ficha de apoio** - A escola e a diversidade

Situação 1

Roger é monitor e, nos finais de semana, desenvolve atividades físicas junto à comunidade. Na semana passada Klaus, o namorado de Roger, foi até a Unidade Escolar para buscá-lo ao fim das atividades do dia. Lá chegando, os dois trocaram um selinho. Quando a vice diretora viu isso, telefonou para a Diretora pedindo que o monitor fosse demitido.

Situação 2

Marília e Gabriela são duas adolescentes que resolveram assumir seu amor na escola e, agora, estão sofrendo muitos ataques preconceituosos. Muitas vezes, na Unidade Escolar nos finais de semana, não conseguem participar das atividades, pois são chamadas de sapatão e caminhoneira pelos seus colegas. A Professora Coordenadora do Núcleo Pedagógico aconselhou a uma das famílias que matriculassem a Marília em uma outra escola.

Situação 3

Rubens e Álvaro adotaram Juvenal há alguns anos. Moram juntos e ambos trabalham. No evento *Um dia na Escola do meu Filho*, Rubens e Álvaro se apresentaram como pais de Juvenal. Uma pessoa da comunidade ficou indignada, chamando-os de imorais, pecadores e doentes mentais.

Situação 4

Rosa é uma educadora universitária do PEF. Nos finais de semana, sempre bem vestida e maquiada, Rosa desenvolve ações voltadas para a prevenção às DST/HIV e aids. Pelo fato de Rosa ser transexual, o encarregado do setor do APE foi até o coordenador externar sua preocupação de que Rosa poderia 'desvirtuar' as crianças e adolescentes que frequentam o programa.

DICA

Durante a atividade, enfatize a importância de se ter uma visão crítica em relação às situações que acontecem no cotidiano escolar e trazê-las para o debate. Neste sentido, é preciso pautar por uma estratégia de escuta e aconselhamento em casos de discriminação, encaminhando o debate com vistas ao reconhecimento das diferenças sejam de alunos, da comunidade presente nas atividades do PEF ou de educadores.

3 - ATIVIDADE II – MEDO DE QUE?

Objetivo	Duração	Material
Incentivar a reflexão e promover o respeito à diversidade sexual e de gênero.	1h30	DVD, som, data show e tela.

Passo a passo

- Inicie a atividade explicando que será utilizado um vídeo nesta atividade chamado *Medo de quê?*¹³
- Explique que este vídeo é um desenho animado sem palavras, com 18 minutos de duração.
- Peça que os participantes assistam ao desenho *“Medo de quê?”*, que trata de questões relacionadas à diversidade sexual e homofobia.
- Assista ao desenho junto com os participantes e observe suas reações às cenas.
- Após a exibição, estimule que façam livremente seus comentários.
- Em seguida, solicite que os participantes se reúnam em duplas ou trios e solicite que escrevam um texto curto, contando o que aconteceu com o personagem central do vídeo quando ele se tornou adulto.
- Abra para o debate, a partir das seguintes perguntas:
 - *Uma pessoa escolhe se quer ser hetero, bi ou homossexual?*
 - *Homossexualidade é uma doença mental?*
 - *Homossexualidade tem cura?*

Encerre explicando que sentir uma atração afetiva, sexual ou desejar uma pessoa do mesmo sexo não é um erro da natureza, trata-se de outra forma de expressão da sexualidade e da capacidade de amar que todo ser humano possui. A homossexualidade - seja ela feminina ou masculina -, a transexualidade e a travestilidade não são doenças nem perturbações mentais. Portanto, é descabida a ideia de que é possível “curar” as pessoas

¹³ Este vídeo foi enviado a todas as escolas e Diretorias de Ensino no ano de 2009 pelo Projeto Prevenção também se Ensina. Também está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cloeUqBxhi0>

que tem uma orientação sexual ou uma identidade de gênero distintas da heterossexualidade.

VOCÊ SABIA QUE ...

A partir da década de 1970 a homossexualidade deixou de fazer parte do Código Internacional de Doenças, o CID?

Além disso, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia lançou resolução que proíbe a participação de psicólogos em atividades que pretendam tratar e curar as homossexualidades. Nessa resolução, é reiterado o compromisso da profissão no sentido de combater qualquer forma de discriminação ou estigmatização contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

4 - ATIVIDADE III – A DIVERSIDADE SEXUAL NA MÍDIA

Objetivo	Duração	Material
Identificar situações estereotipadas, preconceitos e discriminações presentes nos meios de comunicação de massa.	± 2 hs	Recortes de jornais e revistas, roupas, perucas, caixas de papelão, papel, fita crepe, tesouras.

Passo a passo

- Com antecedência, selecione notícias de jornal, cenas de novela, vídeos ou propagandas que tratem da temática da diversidade sexual e de gênero.
- Inicie a atividade perguntando aos participantes se eles se lembram de situações presentes em novelas ou telejornais que tratavam do tema.
- Conforme as lembranças forem surgindo, escreva no quadro as contribuições dos participantes como, por exemplo: homossexual da novela que falava frases engraçadas, mulher que trabalhava em delegacia e se vestia como homem etc.
- Feito este levantamento, peça que formem quatro grupos e que estudem as notícias de jornal, cenas de novela, vídeos ou propagandas utilizadas e que adaptem o texto para, depois, dramatizar a situação. Os grupos terão 30 minutos para elaborarem as cenas e 5 minutos para a apresentação.
- Ao final do tempo, cada grupo apresenta sua cena e, quando terminarem, abre-se para a discussão a partir das seguintes questões:
 - *Como os meios de comunicação abordam a homossexualidade, a bissexualidade e a heterossexualidade?*
 - *Como as travestis e transexuais são retratadas nos programas de TV?*
 - *Quais destas situações acontecem ou podem acontecer no espaço escolar?*
 - *Que atitudes um educador pode tomar em uma situação de preconceito e/ou discriminação contra pessoas que tem uma orientação sexual e de gênero diferente da heterossexual?*
 - *Como poderíamos envolver a comunidade neste debate?*

- Encerre explicando que, desde **2001**, o Estado de São Paulo garante os direitos da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), priorizando o combate à homofobia, por meio da Lei Estadual 10.948/01. No dia 30 de abril de 2014, o **Conselho Estadual da Educação de São Paulo (CEE-SP)** aprovou a **Indicação 126/14** e a **Deliberação CEE 125/14** que dispõe sobre a inclusão de nome social nos registros escolares das instituições públicas e privadas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.

SAIBA MAIS

A publicação **Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia**, traz uma ampla discussão sobre a mídia e a diversidade sexual e de gênero, propiciando um conjunto fértil de reflexões, inspirações teóricas e questionamentos metodológicos.

Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/ebook-olhares-plurais.pdf>

DICA

Dramatização – trabalhe com teatro!

A dramaturgia é um recurso que permite estimular as discussões sobre a diversidade sexual e de gênero. Você pode organizar a encenação de pequenos casos a partir de situações cotidianas descritas ou ainda construir roteiros para as encenações. Uma dica é que essas encenações não sejam longas e sejam complementadas pelo debate.

Outra dica é utilizar textos elaborados para construir uma encenação com maior duração. Este trabalho envolve o treino e o envolvimento de pessoas com a linguagem teatral e articula-se diretamente com o eixo cultura do Programa Escola da Família.

A encenação teatral concretiza de maneira única o aprendizado, permitindo o envolvimento dos estudantes e comunidade na perspectiva de atores ou espectadores. O teatro é

particularmente dinâmico e atraente, capaz de provocar debates e reflexões sobre o reconhecimento das diferenças e ensinar as mudanças de concepções sobre gênero e sexualidade.

5 - ATIVIDADE IV – DIVERSIDADES E VIOLÊNCIAS

Objetivos	Duração	Materiais
Discutir as diversas formas de violência e agressão no cotidiano da escola e no espaço público, especialmente em relação a adolescentes e jovens LGBT.	1h30	Recortes de jornais ou impressão de situações sobre homofobia, canetas, fita crepe, quadro negro e giz ou quadro branco e canetões.

Passo a passo

- Com antecedência, procure na internet notícias sobre homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia.
- Peça que se formem grupos com quatro pessoas e distribua as notícias.
- Solicite que as leiam, que analisem a situação e que montem uma apresentação como se fosse uma notícia dos telejornais ou do rádio.
- Quando terminarem, abra para a discussão a partir das seguintes questões:
 - *O que é violência?*
 - *Que tipo de violências apareceram nos relatos?*
 - *Você já presenciou alguma cena de agressão ou de xingamento contra jovens LGBT? O que aconteceu? Que atitudes você tomou?*
 - *O que podemos fazer coletivamente na escola em que estudamos ou quando participamos das atividades do PEF para evitar agressões e xingamentos contra LGBT?*
- Encerre explicando que existem diversas formas de violência (física, psicológica, moral, sexual, institucional, doméstica, intrafamiliar) e todas elas são consideradas violações de direitos humanos. Ao contrário do que imaginamos, a violência não está só nas notícias dos jornais e do lado de fora de nossa casa. Ela se manifesta, por exemplo, numa atitude de desprezo perante uma pessoa por ela ser diferente fisicamente, por pensar ou agir de modo diverso ao nosso. No que diz respeito aos homossexuais, bissexuais, transexuais e travestis, a discriminação faz parte do seu dia a dia, seja **velada** - por palavras irônicas,

expressões fisionômicas, gestos, imitação desdenhosa ou representação de trejeitos – ou **aberta** - agressões verbais ou físicas. Contextualize a ampliação dos direitos voltados para a população LGBT, como a Lei 10.948/01 que proíbe as manifestações de discriminação no Estado de São Paulo em razão da orientação sexual e identidade de gênero, bem como as formas de denúncia.

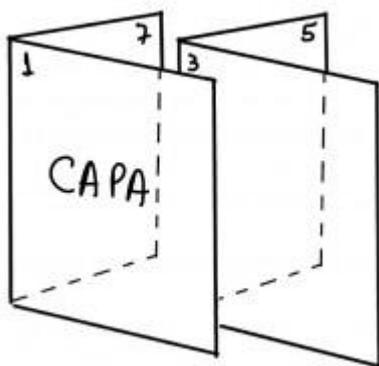
6 - ATIVIDADE V – BULLYING HOMOFÓBICO

Objetivo	Duração	Materiais
Favorecer a percepção da homofobia nos espaços da educação e da saúde e estimular a busca por relações mais igualitárias entre os gêneros e expressões da sexualidade.	± 2 horas	Folhas de papel sulfite, canetas coloridas, régua, revistas velhas, cola e fita crepe

Passo a passo

- Divida os participantes em grupos e pergunte se já ouviram falar em *bullying*.
- Explique que *Bullying* é uma palavra da língua inglesa que pode ser traduzida por 'intimidação' ou 'amedrontamento'. A primeira coisa que caracteriza o *bullying* é que se trata de um fenômeno de grupo em que a agressão acontece entre iguais, ou seja, pessoas que tem mais ou menos a mesma idade e que convivem em um mesmo espaço. A segunda, é que essa situação de intimidação não acontece só uma vez, acontece sempre.
- Peça que cada grupo faça uma lista com todas as situações de *bullying* que já viveram, presenciaram ou leram em jornais, revistas ou na internet.
- Quando terminarem a lista, proponha a criação de um *fanzine*, ou seja, uma revista artesanal sobre o tema *Bullying* que, hipoteticamente, será utilizada com os adolescentes e jovens escolarizados e que também ficará disponível para leitura na recepção da escola.
- Peça que, antes de elaborar o *fanzine*, procurem desenvolver formas originais para passar as informações para a população jovem. Por exemplo: entrevistando jovens ou profissionais da saúde e educação; elaborando uma história em quadrinhos (HQ); um jogo; um desenho etc..
- Quando terminarem os textos e imagens, distribua folhas de papel sulfite para os grupos e demonstre como fazer as dobraduras de acordo com os modelos abaixo:

- Dobre as duas folhas ao meio e coloque uma dentro da outra, explicando que o fanzine terá 8 páginas:



- Peça que coloquem os números nas páginas:

Página 1 = capa;

Página 2 = nome das pessoas que elaboraram o *fanzine*

Páginas 3 a 6 = textos e imagens

Página 8 = contracapa

- Quando terminarem, peça que cada grupo apresente sua construção.
- Abra para o debate a partir das seguintes questões:
- *No levantamento que vocês fizeram, quais foram as pessoas que mais sofreram*

bullying? Em que lugar?

- *Alguns grupos sofrem mais situações de bullying que outros? Quais? Porquê?*
- *O que é bullying homofóbico?*
- *O que poderia ser feito na escola para evitar que o bullying – presencial ou virtual*

– aconteça?

Encerre explicando que, de acordo com pesquisa coordenada por Miriam Abramovay¹⁴, a maioria dos jovens brasileiros ainda tem atitude bastante preconceituosa em relação à

¹⁴ ABRAMOVAY, Miriam, coord. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana - RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2009.

orientação e a práticas não heterossexuais. Essa pesquisa apontou que 45% dos alunos e 15% das alunas não querem ter um colega de classe homossexual.

7 - ATIVIDADE VI – DIFERENTES, PORÉM IGUAIS

Objetivos	Duração	Materiais
Favorecer a reflexão sobre as vulnerabilidades a que estão expostas pessoas que tem uma orientação sexual ou uma identidade de gênero diferente.	1h30	Cartolinas, papel craft, papel madeira ou papel pardo, lápis, canetas coloridas, tesoura, cola, revistas velhas.

Passo a passo

- Divida os e as participantes em quatro grupos e explique que cada grupo será uma agência de publicidade que deverá fazer uma campanha para diminuir a vulnerabilidade de adolescentes e jovens em relação às DST/HIV/Aids.
- Informe que cada grupo terá 5 minutos para “vender” sua campanha e que, para melhor apresentá-la, deverá elaborar um cartaz o mais criativo possível.
- Terão de 30 a 40 minutos para preparar a proposta e o cartaz explicando como será a campanha.
- Depois do término das apresentações, chame um representante de cada grupo e avise que o cliente achou que a ideia estava muito ampla e que resolveu mudar a campanha. O grupo terá apenas mais 15 minutos para reformular o cartaz. Não poderá ser feito um novo cartaz, apenas poderá ser acrescentada uma nova frase no início ou no final da proposta inicial.
- Informe que a nova campanha deverá ser, agora, voltada somente para adolescentes e jovens que fazem parte da comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) .
- Após 15 minutos, os grupos farão a reapresentação do cartaz.
- Quando finalizarem, proponha uma votação onde se decida qual das propostas está mais adequada à comunidade LGBT.
- Encerre abrindo para o debate, estimulando os e as participantes a discutirem a partir das seguintes questões:

- *Que situações existem em nossa comunidade que deixam adolescentes e jovens mais vulneráveis ao HIV?*
- *A que outras situações de vulnerabilidade estão expostos adolescentes e jovens?*
- *De acordo com alguns estudiosos, os jovens homossexuais são as pessoas que estão mais vulneráveis a se infectar pelo vírus da aids (HIV). Vocês concordam com esta afirmação? Sim ou não? Por que?*
- Encerre explicando que, segundo pesquisas, o medo do preconceito e da discriminação faz com que muitos adolescentes e jovens gays, bissexuais, travestis e transexuais evitem ao máximo procurar unidades públicas de saúde para acompanhamento médico, deixando-os assim mais vulneráveis ao HIV e outras infecções transmitidas sexualmente.

SAIBA MAIS

Parcerias com a Saúde

Os programas locais de prevenção de DST/HIV/Aids são importantes parceiros para o desenvolvimento de atividades ligadas a educação em saúde, direitos e desconstrução de preconceitos. Historicamente a luta contra a infecção pelo HIV criou uma maior sensibilidade na saúde pública ao reconhecimento positivo das diferenças e também fortaleceu redes de solidariedade que pontuam uma maior compreensão da diversidade sexual e de gênero. Vale ressaltar que as doenças sexualmente transmissíveis não escolhem desejos e atingem tanto heterossexuais, homossexuais e bissexuais. O maior problema é o preconceito, que reforça as vulnerabilidades e o acesso aos direitos, como o repertório de informações e técnicas de prevenção, e as condições que permitem às pessoas manejarem o cuidado de si e dos outros.

8 - ATIVIDADE VII – DIREITOS E DIVERSIDADE SEXUAL

Objetivo	Duração	Materiais
Contribuir para o reconhecimento dos direitos das distintas manifestações de gênero e sexualidade – homossexual, heterossexual, bissexual, transexual e travesti.	± 2 horas	Artigos e depoimentos em jornais, revistas, endereços eletrônicos sobre situações de discriminação e violência contra homossexuais, travestis e transexuais.

Passo a passo

- Escreva no quadro ou em uma folha de papel grande a palavra *Homofobia*. Pergunte para os participantes o que entendem quando ouvem essa palavra.
- A partir das contribuições, explique que homofobia é *o conjunto de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) e a preconceitos e mecanismos de discriminação e violência contra pessoas homossexuais, bissexuais e transgêneros (em especial, travestis e transexuais) ou identificadas como tais. (...) Atualmente, grupos lésbicos, bissexuais e transgêneros, com o intuito de conferir maior visibilidade política à suas lutas e criticar normas e valores postos pela dominação masculina, propõem, também, o uso dos termos lesbofobia, bifobia e transfobia¹⁵.*
- Solicite que se subdividam em quatro grupos e distribua uma notícia e uma cópia dos Decretos 55.588 de 2010 e Lei 10.948/01 do Estado de São Paulo. Peça que, inicialmente, analisem o tipo de violência que os artigos trazem e que elaborem um parecer mostrando quais as situações em que os direitos dos grupos LGBT foram violados.
- Conforme forem finalizando a discussão, proponha que cada grupo formule um artigo para uma lei fictícia referente à defesa dos direitos humanos da população LGBT.

¹⁵ BRASIL. MEC. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. **Caderno** **SECAD** **4**.

Disponível

em:

<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015505.pdf>. Acesso em 22 de maio de 2012.

- Distribua uma folha de cartolina e canetas para cada grupo e peça que registrem a lei no papel. Quando terminarem, peça que cada grupo apresente seu cartaz e abra para o debate a partir das seguintes questões:
 - *Quais as leis brasileiras que garantem o direito de professores e estudantes homossexuais, bissexuais, transexuais e travestis de frequentarem e permanecerem na escola sem qualquer tipo de discriminação?*
 - *O que é preciso mudar nas escolas e serviços de saúde para diminuir as situações em que os direitos dos não heterossexuais sejam garantidos?*
- Encerre explicando que, no Brasil, além da Constituição de 1988 proibir qualquer forma de discriminação de maneira genérica, várias leis estão sendo discutidas a fim de proibirem especificamente a discriminação aos homossexuais. A Constituição Federal brasileira define como “objetivo fundamental da República” (art. 3º, IV) o de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, ou *quaisquer outras* formas de discriminação”. A expressão "quaisquer outras formas" refere-se a todas as formas de discriminação não mencionadas explicitamente no artigo, tais como a orientação sexual, entre outras. Vários grupos brasileiros pressionam pela criminalização da homofobia em todo o Brasil.
- Cabe ressaltar que no Estado de São Paulo a discriminação homofóbica é proibida pela Lei 10.948/01, além disso, existem instituições especializadas no acolhimento das denúncias, bem como uma intensa expansão dos direitos permitindo o reconhecimento das diferenças.

DICA

Estimule as parcerias locais. Fortaleça a rede de solidariedade!

A construção de parcerias locais para o desenvolvimento de ações em educação em direitos humanos, saúde e cultura são fundamentais para o enfrentamento à homofobia. Neste sentido, recomendamos a realização de um mapeamento das instituições e dos grupos locais

afeitos à temática de diversidade sexual e de gênero para subsidiar o diálogo e proposição de atividades conjuntas.

As organizações da sociedade civil que trabalham com Direitos Humanos, população LGBT e saúde, as coordenações locais e estadual de diversidade sexual e de gênero, os programas municipais e estadual de DST/Aids, as comissões de diversidade sexual da OAB, as Defensorias Públicas, os conselhos ligados a temática de gênero, direitos humanos, população LGBT, os grupos e comissões de estudantes e profissionais que tratam de inclusão social, entre outros, são potenciais parceiros para a realização das atividades nas escolas aos finais de semana. Importante ressaltar as múltiplas potencialidades destas parcerias que fortalecem uma rede de proteção e solidariedade, ensejando maior envolvimento das comunidades e integração com a escola.



Considerações Finais

Neste Documento, consistente em um guia de metodologias e atividades, partimos de uma abordagem baseada nos Direitos Humanos e na Educação em Direitos Humanos, enfatizando a área da educação que tem como princípio assegurar o acesso a uma educação de qualidade, respeitando o direito à dignidade de cada pessoa que frequenta a escola.

Essa abordagem inclui três dimensões:

O direito de acesso à educação com base na igualdade de oportunidades e livre de qualquer discriminação.

O direito a uma educação de qualidade para que todos alcancem o seu potencial, aproveitem as oportunidades de emprego e desenvolvam habilidades para a vida com base em um currículo abrangente, inclusivo e relevante, em ambientes lúdicos, seguros e saudáveis.

O direito ao respeito no ambiente de aprendizagem, um respeito igual para todas as pessoas que fazem parte da escola, incluindo o respeito aos direitos de identidade, integridade e participação, e livre de todas as formas de violência.

Acreditamos que uma abordagem de educação baseada nos direitos humanos possibilita a inclusão, a diversidade, as oportunidades iguais e a não discriminação. Essa abordagem melhora a qualidade da educação por meio de práticas de ensino participativas e centradas na busca pela igualdade e equidade.

O respeito aos direitos humanos promove, ainda, o respeito às diferenças, que é essencial para a prevenção de situações de violência. Uma abordagem baseada em direitos humanos leva à criação de ambientes seguros e favoráveis à aprendizagem, onde, juntos, professores e alunos aproveitem e se beneficiem plenamente do processo educacional.



Ferramentas

1 - SESSÃO DE CINEMA

Apresentar um filme para discutir um tema como a diversidade sexual e de gênero é uma forma de favorecer a discussão, permitindo que os participantes do *Programa Escola da Família* coloquem suas dúvidas e opiniões.

Vale reforçar, no entanto, que um filme, por si só, não traz respostas prontas. O ideal é pensar em uma atividade em que esse material se encaixa.

Abaixo, algumas sugestões de filmes voltados para alunos do Ensino Médio e população adulta.

Hoje eu quero voltar sozinho. Direção Daniel Ribeiro

Sinopse: Leonardo, um adolescente cego, tenta lidar com a mãe superprotetora ao mesmo tempo em que busca sua independência. Quando Gabriel chega na cidade, novos sentimentos começam a surgir em Leonardo, fazendo com que ele descubra mais sobre si mesmo e sua sexualidade. O filme é um desdobramento do curta ***Eu Não Quero Voltar Sozinho***, também de Daniel Ribeiro, lançado em 2010. Em 2014, venceu o prêmio da crítica na mostra Panorama do prestigioso Festival de Berlim.

Desejos proibidos - Direção: Jane Anderson, Marta Coolidge e Anne Reche.

Sinopse: São três histórias envolvendo casais lésbicos em várias gerações e em épocas diferentes: a primeira trata de um casal de senhoras que se relacionam há bastante tempo; a segunda é sobre a questão da identidade de gênero entre um casal de lésbicas; a última história de um casal de mulheres que pretende engravidar.

Tatuagem – Direção: Hilton Lacerda

Sinopse: Clécio Wanderley é o líder da trupe teatral Chão de Estrelas, que realiza shows repletos de deboche e sensualidade. A principal estrela da equipe é Paulete, com quem Clécio mantém um relacionamento. Um dia, Paulete recebe a visita de seu cunhado, o jovem

Fininha, que é militar. Encantado com o universo criado pelo Chão de Estrelas, ele logo é seduzido por Clécio. Não demora muito para que eles engatem um relacionamento, que o coloca em uma situação dúbia: ao mesmo tempo em que convive cada vez mais com os integrantes da trupe, ele precisa lidar com a repressão existente no meio militar em plena ditadura.

De Repente, no Último Verão – Direção: Joseph L. Mankiewicz

Sinopse: Baseado numa peça de Tennessee Williams, "De Repente, no Último Verão" é um filme sobre a frustrada tentativa de Violet de submeter sua sobrinha Catherine a uma lobotomia, com o fim de evitar que ela revele alguns segredos sobre o passado do seu filho assassinado. Violet contrata um neurocirurgião alegando que Catherine tem crises de loucura. Na verdade, o temor de Violet é que Catherine revele a homossexualidade de seu filho Sebastian. Ainda que se constitua no personagem central da trama, o rosto de Sebastian nunca é mostrado no filme. Em toda a filmagem, Sebastian aparece de costas e de longe. É considerado o primeiro filme comercial americano que traz um personagem homossexual.

XXY – Direção: Juliana Rojas e Marco Dutra (2007)

Sinopse: Alex nasceu com ambas as características sexuais. Tentando fugir dos médicos que desejam corrigir a ambiguidade genital da criança, seus pais a levam para um vilarejo no Uruguai. Eles estão convencidos de que uma cirurgia deste tipo seria uma violência ao corpo de Alex e, com isso, vivem isolados numa casa nas dunas. Até que, um dia, a família recebe a visita de um casal de amigos, que leva consigo o filho adolescente. É quando Alex, que está com 15 anos, e o jovem, de 16, sentem-se atraídos um pelo outro.

MILK, A voz da igualdade – Direção: Gus Van San

Sinopse: Início dos anos 70. Harvey Milk é um nova-iorquino que, para mudar de vida, decidiu morar com seu namorado Scott em San Francisco, onde abriram uma pequena loja de revelação fotográfica. Disposto a enfrentar a violência e o preconceito da época, Milk busca direitos iguais e oportunidades para todos, sem discriminação sexual. Com a colaboração de amigos e voluntários (não necessariamente homossexuais), Milk entra numa

intensa batalha política e consegue ser eleito para o Quadro de Supervisor da cidade americana de São Francisco em 1977, tornando-se o primeiro gay assumido a alcançar um cargo público de importância nos Estados Unidos.

Minhas mães e meu pai – Direção: Lisa Cholodenko

Sinopse: Dois irmãos adolescentes, Jon e Laser, são filhos do casal homossexual Jules e Nic, concebidos através da inseminação artificial de um doador anônimo. Contudo, ao completar a maioridade, Joni encoraja o irmão a embarcar numa aventura para encontrar o pai biológico sem que as "mães" soubessem. Quando Paul aparece tudo muda, já que logo ela passa a fazer parte do cotidiano da família.

Clube de compras Dallas – Direção: Jean-Marc Vallée

Sinopse: Em 1986, o eletricitista texano Ron Woodroof é diagnosticado com aids e logo começa uma batalha contra a indústria farmacêutica. Ao lado de um amigo travesti, cria um clube de fornecimento de remédios não autorizados para pessoas que vivem com o HIV, contrabandeados do México. A história problematiza os preconceitos e a rede de solidariedade que se articulou em torno da AIDS.

2 - PREVENÇÃO TAMBÉM SE ENSINA

Publicações e vídeos sobre Gêneros, Sexualidades e Diversidades disponibilizadas em 2013 para as escolas

- *Adolescente: um bate-papo sobre sexo* – Marcos Ribeiro – Editora Moderna
- *Adolescentes, jovens para a educação entre pares* – Unicef, Unesco, UNFPA, Unids, Ministério da Educação, Ministério da Saúde
- *Bullying e cyberbullying: o que fazemos com o que fazem conosco?* – Maria Tereza Bullying: intimidação no ambiente escolar e virtual – Alexandre Ventura e Cleo Fante – Editora Conexa
- *HQ SPE* – Unesco, Ministério da Saúde e Ministério da Educação
- *Como restaurar a paz nas escolas: um guia para educadores* – Antonio Ozório Nunes – Editora Contexto
- *Corpo, gênero e sexualidade* – Dagmar Meyer e Rosangela Soares (organizadoras) – Editora Mediação
- *Era uma vez uma família ...* – Instituto Promundo (DVD)
- *Eu sou assim, viu?* – Márcia Leite – Editora Formato
- *Jogo “Em seu lugar”* – Instituto Promundo
- *Manual de Prevenção das DST/HIV/Aids em Comunidades Populares*. Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Programa Nacional de DST e Aids.
- *O jeito da turma* – Alina Perlman – Editora Saraiva
- *Pai? Eu?* – Tânia Alexandre Martinelli – Atual Editora
- *Preconceito contra a mulher: diferença, poemas e corpos* – Sandra Azerêdo – Cortez Editora
- *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade* – Marco Aurélio Máximo Prado e Frederico Viana Machado – Cortez Editora
- ***Sugestões de Atividades dos Projetos Comunidade Presente e Prevenção Também se Ensina para HTPC e sala de aula*** – FDE. Neste último guia você encontra a relação completa de materiais distribuídos pelo Projeto Prevenção Também se Ensina desde

1996. Procure estes materiais na sala de leitura de sua escola ou consulte o Núcleo Pedagógico da sua Diretoria de Ensino.

3 - PUBLICAÇÕES DISPONÍVEIS NA INTERNET

Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem.

Publicação organizada pela UNESCO voltada para o cenário brasileiro com orientações para o desenvolvimento de currículos na temática de sexualidade (Ano da publicação: 2014)

Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227762por.pdf>

Resposta do Setor de Educação ao *bullying* homofóbico.

Esta publicação da Unesco contextualiza as boas políticas e práticas na área da educação em perspectiva internacional para o enfrentamento à discriminação homofóbica. (Ano da publicação: 2013)

Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002213/221314por.pdf>

Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas

Publicação realizada pelo Ministério da Educação em parceria com a UNESCO. Apresenta uma coletânea de artigos sobre o tema da homofobia na educação e nas escolas. Leitura indispensável para profissionais da educação, gestores, estudiosos/as, estudantes, agentes dos movimentos sociais e todos aqueles e aquelas interessados/as na construção de um modelo de sociedade democrática. (Ano da Publicação: 2009).

Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/187191por.pdf>

Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio

Este livro organizado por Tatiana Lionço e Debora Diniz reflete a possibilidade de um diálogo produtivo entre academia, sociedade civil e governo para a construção responsável de caminhos justos na consolidação da democracia. Uma obra de referência para iluminar a reflexão e as práticas de educadores, ativistas em defesa de direitos humanos e gestores de políticas públicas no enfrentamento da homofobia. (Ano da publicação: 2009)

Disponível em:

http://www.sxpolitics.org/pt/wp-content/uploads/2009/05/homofobia_e_educacao.pdf

Diversidade sexual nas escolas: O que os profissionais da educação precisam saber

Publicação da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) que busca sensibilizar os profissionais da educação para a importância de abordar a temática da diversidade sexual para qualificar sua formação pessoal e social. (Ano da publicação: 2008)

Disponível em:

http://www.abiaids.org.br/_img/media/Cartilha_Diversidade_sexual_Escolas.pdf

Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos

Publicação da SECADI/MEC que aborda às questões da diversidade - étnico raciais, de gênero e a diversidade sexual do ponto de vista da educação. (Ano da publicação: 2007)

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola_protege/caderno5.pdf

Juventude e homossexualidade: o que os pais precisam saber

Publicação da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) que contém algumas denúncias feitas por jovens que sofreram violência doméstica e mensagens sobre solidariedade às pessoas que vivem situações de preconceito e discriminação em função de sua orientação sexual. (Ano da publicação: 2007)

Disponível em:

[http://www.abiaids.org.br/_img/media/familia%20hsh%20livreto%20\(atual\).pdf](http://www.abiaids.org.br/_img/media/familia%20hsh%20livreto%20(atual).pdf)

Juventudes: outros olhares sobre a diversidade

Publicação realizada pelo Ministério da Educação em parceria com a UNESCO que apresenta os resultados da pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa* com uma série de artigos de pesquisadores/as com ampla experiência de trabalho na área. (Ano da publicação: 2007).

Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154580por.pdf>

4 - VÍDEOS NA REDE DO SABER

Um equipamento de formação disponível aos funcionários da SEE é a Rede do Saber. Criada em 2001, a Rede do Saber é uma das maiores redes públicas de videoconferências com finalidade pedagógica da América Latina. Em 2009, a Rede do Saber passou a integrar a Escola de Formação de Professores “Paulo Renato Costa Souza” (EFAP), que oferece cursos de formação continuada aos profissionais da educação.

Assista na videoteca da Rede do Saber as videoconferências:

- *Diversidade Sexual na Escola*, realizada em 24 de junho de 2010.
- *Diversidade: Uma Perspectiva da Interdisciplinaridade*, realizada em 14 de junho de 2011.
- *Debates sobre Educação em Saúde – Tema II: Prevenção também se ensina - Kit 2012 e uma conversa sobre drogas*, realizada em 02 de abril de 2013.
- *Preparatória Para Orientação Técnica Descentralizada nos Polos sobre Educação para Diversidade Sexual e de Gênero*, série de videoconferências realizadas em 25 e 28 de março e 8 de abril de 2014.
- *Projeto Escola de Tempo Integral: "Educação Étnico-Racial" e "Sexualidade"*, realizada em 25 de abril de 2014.

Essas videoconferências são importantes fontes para o desenvolvimento de atividades relacionadas a diversidade sexual e gênero na perspectiva dos Direitos Humanos.

Disponíveis em: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/>

5 - VÍDEOS DISPONÍVEIS NO YOUTUBE

Eu não quero voltar sozinho

É um filme brasileiro de curta metragem dirigido por Daniel Ribeiro, de 2010. Leonardo, um adolescente deficiente visual que muda de vida totalmente com a chegada de Gabriel, um novo aluno em sua escola. Ao mesmo tempo em que tem que lidar com os ciúmes da amiga Giovana, Leonardo vive a descoberta do amor entre dois adolescentes gays.

Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=1Wav5KjBHbl>

Medo de que?

Conta a história de um garoto que descobre que sente atração afetivossexual por rapazes. Esse desenho animado sem falas é um convite à reflexão sobre os medos que interferem na vivência da sexualidade e um incentivo à busca de uma sociedade mais plural e solidária.

Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=eQSIOWvFYU8>

Não Gosto dos Meninos,

Inspirado na campanha internacional *It Gets Better* que reuniu, durante 12 horas, 40 histórias de vida completamente distintas, desmistificando e desestigmatizando as diferentes orientações sexuais e identidades de gênero.

Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=HHA-WpPSK4s>

Dar Voz aos jovens

"Dar voz aos jovens" é um conjunto de cinco vídeos: o curta *Essa é a minha vida* aborda as relações afetivas e a diversidade sexual; *E agora?* enfatiza a gravidez na adolescência; *Violência e poder*, trata do assédio sexual no ambiente de trabalho; *Amor sem regras* aborda os encontros e questões amorosas entre jovens. Já *O amor está ao lado* traz as percepções de adolescentes sobre as primeiras relações afetivossexuais. O projeto foi promovido pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) em parceria com a Fundação Carlos Chagas (FCC), e executado por estudantes da rede pública de São Paulo, entre 14 e 19 anos, selecionados em um concurso de narrativas com o objetivo de apresentar suas percepções sobre a sexualidade. Os vencedores participaram de oficinas de produção de curta-

metragem, com a orientação da produtora de cinema Paula Garcia. O resultado é um conjunto de vídeos muito interessante e com um olhar da juventude. Disponível em: <http://www.youtube.com/user/DarVozaosJovens>



Referências

- ALMEIDA, Guilherme S. de. **Reflexões iniciais sobre o processo transexualizador no SUS a partir de uma experiência de atendimento**. In: ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI; Tatiane Crenn. *Transexualidade, travestilidade e direito à saúde*. São Paulo, Oficina Editorial, 2010, pp.117-148.
- AYRES, José Ricardo C.M. et al. **Aids, vulnerabilidade e prevenção**. Rio de Janeiro, ABIA/IMS- UERJ, II Seminário Saúde Reprodutiva em Tempos de Aids, 1997.
- BELMONTE, Pilar Rodriguez. **História da homossexualidade: ciência e contra ciência no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), 2009.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos pagu, 26, 2006, pp. 329-376 (disponível no scielo).
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>> Acesso em: 11 jan. 2014.
- BUTLER, Judith: **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2003.
- CLAM. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. versão 2009. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : SPM, 2009.
- CORSA. **Educando para a Diversidade: os GLBT na escola**. São Paulo: 2003.
- CORSA/ECOS. **Diversidade Sexual na Escola: Uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens**. Edição Especial, 2008.
- FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. São Paulo: Editora Graal, 1986.
- GAGNON, John H. **Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.

LAQUEUR, Thomas: *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MELLO, Luiz et al. *Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade*. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, n. 9, Dec. 2011.

MINISTERIO DA SAUDE. Departamento de Apoio à Gestão Participativa, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. *Saúde da população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais*. *Rev. Saúde Pública* [online]. 2008, vol.42, n.3. pp. 570-573. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000300027&lng=en&nrm=iso>

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autentica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

PELÚCIO, Larissa. *Toda quebrada na plástica: corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas*. *Campos – Revista de Antropologia Social*, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 97-112, 2005.

PELÚCIO, Larissa; SOUZA, Luís Antônio Francisco de; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de; SABATINE, Thiago Teixeira. *Olhares Plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

PETRY, Analídia Rodolpho. MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. *Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa*. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7375/6434>>. Acesso em 21/07/2013.

PICAZIO, Cláudio. *Sexo Secreto: temas polêmicos da sexualidade*. São Paulo: Summus, 1998, pp. 36-37.

RAMIRES NETO, Luiz. *Habitus de gênero e experiência escolar: jovens gays no Ensino Médio em São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da USP, 2006.

RUSSO, Jane. *Do Desvio ao Transtorno: a medicalização da sexualidade na nosografia psiquiátrica contemporânea*. In: Piscitelli, Adriana.; Gregori, Maria Filomena; Carrara, Sergio (org) *Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

SÃO PAULO. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. **Projetos Comunidade Presente e Prevenção Também se Ensina**: sugestões de atividades preventivas para HTPC e sala de aula. São Paulo: FDE, Diretoria de Projetos Especiais, 2012. Disponível em <<http://file.fde.sp.gov.br/portalfde/Arquivo/comunidade%20e%20preven%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em 02 jun 2014.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. CGEB. **Orientações para o planejamento escolar 2014**. São Paulo: Fevereiro de 2014.

SIMÕES, Julio Assis. & R. FACCHINI. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA, L. A. F.; MAGALHÃES, B. R.; SABATINE, T.T. **Michel Foucault**: sexualidade, corpo e direito. Marília: Cultura Acadêmica, 2010.

TONELLI, Maria Juracy Filgueiras. **Diversidade sexual humana**: notas para a discussão no âmbito da psicologia e dos direitos humanos. *Psicol. clin.* [online]. 2008, vol.20, n.2, pp. 61-73. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652008000200005>> Acesso em 16 de julho de 2013.

UNAIDS. **Nascidos livres e iguais**. Orientação Sexual e Identidade de Gênero no Regime Internacional de Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/BornFreeAndEqualLowRes_Portuguese.pdf>. Acesso em 28/07/2013

UNBEHAUM, Sandra; CAVASIN; Sylvia. **As políticas de Educação em Sexualidade no Brasil – 2003 a 2008**. São Paulo: ECOS Comunicação em Sexualidade; The Ford Foundation, s.d. Disponível em <http://www.ecos.org.br/projetos/politica/as_politicas_de_educacao_em_sexualidade.pdf>

WEEKS, Jeffrey. **Corpo e sexualidade**. In: Louro. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte, 2000.



Glossário¹⁶

Andrógino/a – Termo utilizado para descrever qualquer indivíduo que expressa atitudes e comportamentos combinando marcadores masculinos e femininos.

Bandeira do Arco-íris – criada como símbolo do orgulho gay e lésbico em São Francisco em 1978, foi originalmente o símbolo da Marcha Gay da Liberdade de São Francisco, querendo-se com ela representar a diversidade das pessoas gays e lésbicas. Depois disto a bandeira do arco-íris foi adotada como símbolos de todo o movimento LGBT.

Assexualidade - É a falta de atração sexual por ambos os sexos ou a falta de interesse em sexo.

Bifobia - é o termo utilizado para designar a aversão ou a discriminação em relação às pessoas que tem relação sexual tanto com homens quanto com mulheres.

Bissexual – pessoa que se sente atraída fisicamente, emocionalmente e psicologicamente por pessoas quer do mesmo sexo quer por pessoas de sexo diferente.

Bombadeiras - na linguagem utilizada pelas travestis são mulheres ou travestis que, clandestinamente, vendem serviços de aplicação de silicone industrial ou de implantes, em geral sem assepsia.

Bullying - é uma palavra da língua inglesa que, em português, costuma ser chamado de violência moral ou maltrato entre pares. O que caracteriza o *bullying* é que se trata de um fenômeno de grupo em que a agressão acontece entre iguais, ou seja, pessoas que tem mais ou menos a mesma idade e que convivem em um mesmo espaço.

Bullying homofóbico - refere-se a atitudes agressivas, intencionais e repetidas contra homossexuais ou comportamentos vistos como de homossexuais.

Crossdresser - pessoas que, regular ou ocasionalmente, usam roupas que socialmente são vistas como sendo de pessoas do sexo oposto. Geralmente estas pessoas sentem-se bem com o seu sexo biológico e não querem mudá-lo. Contrariamente às crenças populares, os crossdressers também vivenciam a sexualidade como heterossexuais.

¹⁶ Adaptado de CORSA/ECOS. *Diversidade Sexual na Escola*: Uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. Edição Especial, 2008 e CLAM. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília : SPM, 2009.

Discriminação - significa fazer uma distinção depreciativa e corresponde à expressão ativa ou comportamental da homofobia e do preconceito.

Discriminação aberta - é a rejeição explícita, a ofensa ou insulto dirigido a alguém de forma declarada, para que todos vejam e ouçam. A discriminação aberta pode se expressar por meio de agressões verbais ou físicas: *Agressões verbais* – são palavras ofensivas, insultos e humilhações cujo significado relaciona-se à orientação sexual e a identidade de gênero. *Agressões físicas* – são tapas, empurrões, chutes e socos, que podem provocar lesões, pôr em perigo a saúde e a vida das pessoas.

Discriminação velada – é aquela que se manifesta por palavras irônicas, olhares, gestos, imitação de trejeitos e, às vezes, por silêncios constrangidos e constrangedores. Ou ainda por atitudes mais ou menos clandestinas de preterimento ou negação de postos de trabalho ou promoções, de tratamento diferenciado em estabelecimentos comerciais etc.

Diversidade sexual e diversidade de gênero - são os termos utilizados para designar as diferentes formas de expressão da sexualidade humana e de atitudes e modos de ser considerados masculinos ou femininos.

Drag – diz respeito à adaptação de roupas e de papéis que tradicionalmente estão relacionados com um sexo diferente do seu. O objetivo é o jogo, o entretenimento ou o erotismo. Os homens que adotam elementos convencionais da mulher denominam-se Drag Queens e as mulheres que adotam elementos convencionais do homem denominam-se Drag Kings.

DST – Sigla para Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Equidade – diz-se do princípio jurídico e político de garantir igualdade na concessão de benefícios e serviços a cada um segundo suas necessidades, considerando que essas podem ser, e geralmente são, diferentes. Refere a postura de “tratar diferentemente os desiguais” com a finalidade de garantir a igualdade, sem que isso reverta em privilégios ou discriminação.

Estereótipo - consiste na generalização a todo um grupo ou pessoas de algumas características (físicas e/ou morais), na maioria das vezes negativas.

LGBT - é a sigla correspondente a **L**ésbicas, **G**ays, **B**issexuais, **T**ravestis e **T**ransexuais.

Estigma - marca depreciativa, rótulo atribuído a pessoas e grupos, seja por pertencerem a determinada classe social, por sua identidade de gênero, por sua cor/raça/etnia, ou

soropositividade, por exemplo. O estigma é sempre uma forma de simplificação, de desqualificação da pessoa e do grupo ao qual esta pessoa pertence. Os estigmas decorrem de preconceitos e ao mesmo tempo os alimentam, cristalizando pensamentos e expectativas com relação a indivíduos e grupos.

Gay – diz-se de um homem que se sente atraído fisicamente, emocionalmente e psicologicamente por um outro homem. Em inglês o termo gay engloba quer o homem homossexual quer a mulher homossexual.

Gênero - refere-se à construção de atitudes, expectativas e comportamentos tendo por base o que determinada sociedade considera apropriado para homens e mulheres. Gênero diz respeito também, ao modo como lidamos, ao longo da história e de forma diversa em diferentes culturas, com o poder nas relações interpessoais, hierarquizando e valorizando o masculino em detrimento do feminino.

Heteronormatividade: termo usado para indicar uma condição na qual a heterossexualidade é a única referência admitida para o comportamento humano, de forma que pessoas homossexuais ou bissexuais são marginalizadas ou perseguidas pelo fato de não se comportarem segundo a norma estabelecida. A heteronormatividade expressa uma forma de ver as relações humanas na qual as pessoas são classificadas em duas categorias complementares, que se definem por oposição uma à outra - machos e fêmeas. A partir dessa suposta base biológica, as relações sexuais e maritais são admitidas como “normais”. Conforme explica Miskolci (2012) o conceito de heterossexualidade compulsória explica o período em que a obrigação de ser heterossexual se mostrou mais forte do que nos dias atuais, quando a homossexualidade era considerada crime ou doença. Esse período deixou como legado a heteronormatividade, que pressupõe a heterossexualidade como natural e normal, expressa demandas e obrigações que incidem sobre todos, inclusive não heterossexuais, por meio da organização de práticas em um binarismo de gênero baseado no modelo do casal heterossexual reprodutivo.

Heterossexual – pessoa que se sente atraída física, emocional e psicologicamente por pessoas de sexo diferente do seu.

Heterossexualidade - diz respeito aos desejos, práticas sexuais e relações afetivas entre pessoas de sexos/gêneros diferentes, ou seja, a sexualidade que ocorre entre um homem e uma mulher. As normas sociais cristalizaram a ideia de heterossexualidade como a única

forma “correta” e “natural” de as pessoas relacionarem-se sexual e afetivamente. Todas as formas de relacionar-se afetiva e/ou sexualmente que fogem a essa norma heterossexual são, desse ponto de vista, consideradas ilegítimas, antinaturais ou doentias, marginalizando aqueles/as que sentem e amam de outro modo.

Homofobia – é um termo utilizado para identificar o ódio, a aversão, a discriminação e a violência em relação às pessoas homossexuais.

Homossexual – diz-se de uma pessoa que se sente atraída física, emocional e psicologicamente por uma pessoa do mesmo sexo.

Hormonioterapia - são práticas que utilizam substâncias que agem no organismo, modificando o corpo – masculino ou feminino – a partir do sentimento de pertencimento ao gênero que não corresponde ao seu sexo biológico.

Identidade de gênero - diz respeito ao modo como a pessoa se sente (feminina ou masculina) independente do sexo biológico e da orientação sexual.

Implantes de silicone - são próteses utilizadas em cirurgias plásticas para aumentar as mamas ou outras partes do corpo.

Interseccionalidade - refere-se à forma como, na constituição da subjetividade, diversas categorias como raça/etnia, classe, gênero, religião, idade, orientações sexuais, entre tantas, se cruzam produzindo formas particulares de opressão ou privilégio.

Lésbica – diz-se de uma mulher que se sente atraída física, emocional e psicologicamente por uma outra mulher.

Lesbofobia - é qualquer manifestação discriminatória ou vexatória devido à orientação sexual das mulheres. Pode ocorrer de várias formas: por meio de ameaças, agressões físicas ou verbais, gestos, risadas e insinuações, bem como qualquer ação que seja violenta e que cause constrangimento ou intimidação moral ou psicológica.

Movimento LGBT – é o esforço ao longo da história para obter compreensão e tratamento igual para gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. É usado frequentemente para designar as lutas contra a discriminação, pelos direitos e também as associações que levam a cabo essas lutas.

Orientação sexual - diz respeito à direção ou à inclinação do desejo afetivo e erótico. Esse desejo, ao direcionar-se, pode ter como único ou principal objeto pessoas do outro sexo

(heterossexualidades), pessoas do mesmo sexo (homossexualidades) ou de ambos os sexos (bissexualidades).

Normas rígidas de gênero - O comportamento masculino e o feminino são constituídos a partir das prescrições e normas estabelecidas pela sociedade e cultura. E pode ser muito diferente de um país para o outro, de um estado para o outro. O comportamento sexual é fortemente influenciado por essas normas, por modelos dominantes de masculinidade e de feminilidade. Tomar conta de bebês é considerada uma atribuição feminina, uma vez que para a nossa cultura as mulheres seriam mais afetivas e delicadas para essa atividade. Apesar de, na atualidade, muitos homens participarem do cuidado com os filhos, de serem mais afetivos do que seus pais foram, ainda se espera que a mãe cuide das principais necessidades da criança, cabendo ao pai providenciar o sustento da família. O modelo heterossexual de família, baseado numa divisão sexual do trabalho doméstico, ainda é predominante. As normas de gênero expressam os costumes de um dado momento histórico e, por isso, podem sofrer mudanças.

Política de Saúde Integral LGBT - é o conjunto de diretrizes do Ministério da Saúde para a implementação de ações voltadas para a eliminação da discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, visando garantir equidade no acesso à saúde e políticas públicas específicas.

Preconceito - conjunto de crenças e valores preconcebidos e apreendidos, sem razão objetiva ou refletida, que levam um indivíduo ou um grupo a nutrir opiniões a favor ou contra outros indivíduos ou outros grupos.

Processo transexualizador - compreendido como um conjunto de estratégias de atenção à saúde implicadas no processo de transformação dos caracteres sexuais, é longo e comporta sofrimentos mas que, para as/os transexuais, é uma situação vital para a construção de si.

Queer – é um termo depreciativo na língua inglesa, que refere à forma como algumas pessoas expressam a sexualidade ou a identidade de gênero. Por vezes é usado pelos movimentos sociais para politização das normas da sexualidade. Note-se que por detrás deste termo está presente um elevado nível de ativismo político dentro da comunidade LGBT. O termo é utilizado também por muitos pensadores contemporâneos como Teoria Queer – que se desenvolveu nos anos 80 nos Estados Unidos com a publicação do livro *Gender Trouble* (Problemas de gênero) de Judith Butler.

Redesignação sexual - é o termo utilizado para variados procedimentos médicos e cirúrgicos pelos quais a aparência e as possibilidades eróticas dos órgãos sexuais de uma pessoa são modificadas a partir do gênero que a pessoa reconhece como seu.

Relatório Kinsey - estudo elaborado pelo biólogo Alfred Charles Kinsey (1894-1956) entre 1938 e 1953, a partir da coleta de dados estatísticos sobre a sexualidade humana.

Sexo - refere-se às características físicas ou anatômicas que distinguem o macho e a fêmea, isto é, remete a questões biológicas de cada pessoa. Podemos ressaltar que o sexo biológico é constituído pelas características fenotípicas (órgãos genitais externos, órgãos reprodutores internos, mamas, barba), fisiológicas (distribuição diferencial dos hormônios sexuais) e genotípicas (genes masculinos e genes femininos) presentes em nosso corpo. Do ponto de vista da genética, existiriam somente os dois sexos - XY (macho) e XX (fêmea) – e um conjunto de condições intermediárias que, consideradas anômalas, configuram a intersexualidade. A palavra “sexo” pode também significar relação sexual ou ato sexual, que corresponde a uma das manifestações mais fortes da sexualidade. Contudo, para Judith Butler em “Problemas de Gênero”, a distinção sexo/gênero constrói uma dualidade natureza/cultura, naturalizando o sexo. Por esse motivo, a autora orienta a pensar gênero não como simples inscrição cultural de significado sobre o sexo que é suposto como naturalmente dado. Gênero deve designar o aparelho de produção, o meio discursivo/cultural através do qual a natureza sexuada é produzida e pensada como anterior ao discurso. Neste sentido, vale ressaltar que a categoria sexo encontrou diferentes elaborações ao longo da história como demonstramos no item “**A diversidade sexual no contexto da saúde**”. Gênero está enredado pelas relações de poder e seria a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos reiterados dentro de marcos reguladores inseridos no contexto histórico e cultural.

Sexualidade - é uma forma de expressão, comunicação e afeto que se manifesta a todo o momento, seja por meio de um gesto, de um olhar ou de uma ação. Embora a sexualidade seja vivida de uma forma singular por cada pessoa ao longo de toda a sua vida (de acordo com seus desejos, sua história, suas emoções e relações com as outras pessoas), essa experiência está sempre contextualizada em um sistema de normas morais, éticas ou legais e legitimadas pela sociedade em determinado tempo e lugar.

Transfobia – consiste no fato de alguém ter aversão ou ódio a travestis e/ou transexuais.

Transformistas - homens que se apresentam como mulheres como artistas para fazerem *shows* musicais e de humor em casas noturnas.

Transgênero – deriva do termo inglês “transgender”. No Brasil é um termo identitário e político utilizado pelos movimentos sociais e produções acadêmicas para referir as pessoas transexuais e travestis.

Transexuais - são pessoas que, tendo sido registradas ao nascer como sendo do sexo/gênero masculino ou feminino, identificam-se como sendo de outro sexo/gênero. Muitas delas modificam seus corpos através da indumentária, do corte de cabelos e outros procedimentos que não necessitam da presença de um/a profissional de saúde para serem realizados e outras pessoas ainda, o fazem também utilizando diferentes tecnologias biomédicas como hormonioterapia e diferentes cirurgias que podem incluir ou não as cirurgias de transgenitalização. Muitas também desejam modificar nos documentos oficiais seu nome e sexo. O que vale frisar é que as mulheres transexuais (Homens para mulheres) e homens transexuais (Mulheres para Homens) e travestis vivenciam subjetivamente a identidade de gênero masculina ou feminina e adotam estilos corporais e nomes correspondentes a esta experiência, sendo sinal de respeito tratá-las conforme a identidade adotada.

Violência - é o uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

Vulnerabilidades - indica a iniquidade, a desigualdade social e as exclusões como desafios para as ações de prevenção e políticas públicas. Por vulnerabilidade podemos entender o modo como os indivíduos e grupos são expostos à exclusão e fragilizados na estrutura social.

Vulnerabilidade individual - relacionada a fatores biológicos, comportamentais, psicológicos e cognitivos que interferem no poder que os indivíduos têm para adotar medidas preventivas.

Vulnerabilidade programática ou institucional - diz respeito aos bens, insumos e serviços disponibilizados desigualmente para as populações por meio de políticas públicas de saúde, educação e justiça.

Vulnerabilidade social - Reflete o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais e a distribuição desigual de recursos simbólicos e materiais disponíveis. No contexto da saúde a palavra vem sendo utilizada para marcar a rede de interações sociais e os determinantes sociodemográficos que protegem ou expõem certos grupos e indivíduos ao rtins Fontes, 1995.